

QUALIDADE EDUCACIONAL: o desafio do processo eficiente e do resultado eficaz

Eduardo de Almeida¹

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental (GAM 0170 / 0127)

RESUMO

O presente artigo visa contribuir para as reflexões sobre a qualidade educacional e o ensino de excelência na esfera de seu gerenciamento e seu impacto na vida docente e discente. O ponto de partida para o entendimento da gestão da qualidade total educacional é a definição do termo, onde se verifica até mesmo uma falta de consenso em torno do seu conceito aplicado. Para dar norte ao tema na educação será utilizado o método de Deming de administração da qualidade no uso do processo de eficiência e também o Modelo Ibero-americano na análise de resultado de eficácia, ambos com base no enfoque absoluto da qualidade, numa abordagem geral de indicadores de qualidade global e local.

Palavras-chave: Qualidade. Indicadores. Avaliação.

1 INTRODUÇÃO

Se existe entendimento do que deve ser uma escola de qualidade é porque podemos avaliar isto, o que explica a criação dos Indicadores de Qualidade na Educação, para auxiliar a comunidade escolar a avaliar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Entre os dois paradigmas que fornecem a possibilidade de auxiliar esses indicadores, salientamos o personagem-chave do Modelo PDCA, de William Edward Deming, estatístico e professor norte-americano, reconhecido como um dos mais importantes nomes do gerenciamento da qualidade. Mas o método de Deming concede mais importância aos processos do que aos resultados. Na análise dos resultados, o Modelo Ibero-americano, conhecido também pela sigla FUNDIBEQ, apresenta o mecanismo da folha de radar para mensuração de dados.

2 EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Entender os conceitos para melhor aplicá-los é o primeiro passo na busca do conhecimento. Segundo Souto (2006, p. 37), “tudo o que é feito dentro de uma organização, a ação em si, está associada ao conceito de eficiência, enquanto aquilo que é alcançado, o resultado, está relacionado à eficácia”.

Em resumo, se pode dizer que um processo eficiente (eficiência) leva aos resultados desejados (eficácia). Na busca de um significado se costuma dizer que eficiência é fazer bem e corretamente algo, empregando do melhor modo os recursos disponíveis, enquanto eficácia é, simplesmente, atingir objetivos, metas e resultados.

3 MODELOS DE QUALIDADE

Podemos dizer que o modelo é uma representação de uma realidade, e quando aplicado à qualidade tenta reproduzir o que seria o ideal; no caso de um modelo que

¹ Tutor externo do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Turmas GAM 0170/GAM 13
0127 – Porto Alegre/RS – IERGS – RS. E-mail: prof.edu.almeida@hotmail.com

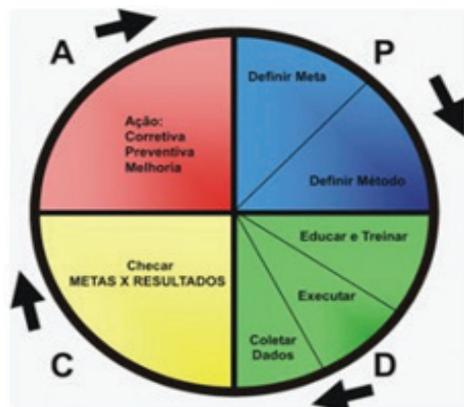
tenta verificar a qualidade educacional, que a princípio deve sanar falhas no processo de aprendizagem de alunos e na formação de professores. Entre os modelos de qualidade que visam buscar mais qualidade no ensino e uma educação de excelência, será discutida a utilização do PDCA e FUNDIBEQ.

3.1 MODELO PDCA

O modelo PDCA de gerenciamento da qualidade é uma estrutura baseada no constante aperfeiçoamento do ciclo contínuo de reflexão e atuação sobre o processo, é um modelo da autoavaliação do processo, isto é, de análise de eficiência. Conseqüentemente, permite uma real análise de cada etapa que queira ser mensurada.

A sigla vem do termo em inglês *Plan, Do, Check e Action*, ou em uma roupagem mais nacional: Planejar, Fazer, Checar e Agir (Figura 1).

FIGURA 1 – ESQUEMA DO CICLO PDCA



FONTE: Disponível em: <<http://casadaconsultoria.com.br/ciclo-pdca/>>. Acesso em: 20 maio 2013.

Na fase do Planejar ocorre o levantamento de objetivos e metas da situação, um verdadeiro raio-X situacional. Nesse momento, a seguinte pergunta é feita: onde estamos agora e para onde queremos ir? Em seguida, na fase do Fazer, é hora de executar e programar. Já na fase do Checar ocorre uma verificação crítica do Planejar e

do Fazer, fazendo a seguinte pergunta: Como estamos indo? E, por fim, na fase do Agir são aplicadas melhorias no processo observado, mantendo assim a continuação do ciclo.

A Metodologia de SWOT, ou análise de SWOT, que vem do inglês *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças), pode ser utilizada como ferramenta de apoio no modelo PDCA, no momento do planejamento. Desta forma, a instituição de ensino compreenderá seus pontos fortes e fracos, podendo verificar oportunidades e ameaças no processo educacional (Figura 2).

FIGURA 2 – A ANÁLISE DE SWOT



FONTE: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_SWOT>. Acesso em: 20 maio 2013.

Para exemplificar a sua utilização no quesito da qualidade educacional, saliento que a apuração dos dados obtidos através do sistema de avaliação nacional, fazendo uso do conhecimento em português e matemática, aliada ao fluxo escolar de aprovações e reprovações, pode ser útil para identificar essas ameaças, ou seja, as fragilidades no desempenho escolar.

3.2 MODELO FUNDIBEQ

Esse modelo é utilizado em países de colonização ibérica, isto é, espanhola ou portuguesa, e não só trabalha qualidade, como também busca a gestão da excelência. Está focado no resultado, sem descuidar dos processos para alcançá-lo.

Tem sua estrutura baseada conforme a Fundação Ibero-americana para a Gestão da Qualidade (FUNDIBEQ, 2013):

O Modelo Ibero-americano de Excelência na Gestão consta de nove critérios; cinco facilitam a gestão e se agrupam em “Processos Facilitadores”; e os outros quatro são de “Resultados”.

Os “Processos Facilitadores” cobrem tudo aquilo que uma organização faz e a forma como é feito. Os critérios “Resultados” cobrem aquilo que uma organização conquista. Os “Resultados” são causados pela gestão realizada.

Para os procedimentos de autoavaliação ou para preparar o material relacionado com o Prêmio, é importante usar a FOLHA “RADAR” (escala de avaliação de padrões de credenciamento).

Ainda de acordo com a Fundação Ibero-americana para a Gestão da Qualidade, este conceito estabelece que uma organização precisa:

- **determinar os resultados** que visam alcançar parte do processo definido por sua política e estratégia. Esses resultados abrangem o desempenho financeiro e operacional da organização e as percepções de todos os grupos de interesse envolvidos.

- **planejar e desenvolver** uma sólida metodologia para produzir os resultados requeridos, tanto no presente quanto no futuro, com base em uma mentalidade inovadora.

- **implementar a metodologia** de um modo sistemático para garantir uma completa e efetiva aplicação, alinhando o desenvolvimento do método, um após o

outro, se for o caso.

- **avaliar e revisar** a eficiência e eficácia do método formulado e a implementação do mesmo, com base em um acompanhamento e uma análise dos resultados alcançados e em atividades de pesquisa, tais como: valorizações comparativas e avaliações. Com base nesta informação, identificar, hierarquizar, planejar e aplicar as melhorias que sejam necessárias.

Em resumo, trata-se de um modelo de autoavaliação de grande uso na mensuração de resultados, isto é, de eficácia.

3.3 OS MODELOS E A REALIDADE

Para relacionar os modelos propostos à realidade, podemos exemplificar com aquele aluno que é assíduo, participa das atividades acadêmicas, realiza as pesquisas e trabalhos solicitados, utiliza os recursos da infraestrutura escolar como biblioteca e laboratórios, mas que, no momento em que realiza a prova, tira nota abaixo da média. Nesse caso, podemos dizer que o aluno foi eficiente, pois usou de todos os recursos disponíveis, no entanto não foi eficaz, porque sua média na prova foi baixa.

Partindo deste princípio, consideremos outro aluno pouco participativo em sala de aula e quase nunca utiliza os recursos da infraestrutura escolar, que, ao realizar a prova, atinge nota bem acima da média. É possível concluir que o aluno é pouco eficiente no uso dos recursos pedagógicos oferecidos, mas é eficaz ao realizar a sua prova e sua nota ser acima da média. Nesse sentido, cabe ao professor criar estratégias para avaliar os alunos e saber mensurar outros aspectos e não apenas atribuir qualidade ao aprendizado do aluno com base em apenas uma avaliação.

Conforme Parolin (2009, p. 16):

Sabemos que uma pessoa, para aprender, coloca em jogo um grupo de competências que versam entre o individual e o coletivo, entre o subjetivo e o objetivo, entre o saber e o não saber, entre o professor e o aluno. Aprendizagem é um processo, é trabalho, é investimento que se constrói na medida em que se vive, desenvolve-se, revive-se, retoma, refaz e avalia para começar de novo e acertar.

O professor deve analisar sua metodologia de ensino e aprendizagem, verificar através de modelos de processo e resultado situações que apontem qualidade no ensino desenvolvido. Tudo isso leva às seguintes reflexões: O que é avaliação? Como se avalia o aluno? Que uso se faz da avaliação? A avaliação é um fim ou um começo?

Respondendo tais perguntas, o caminho do objetivo e da meta da avaliação está sendo percorrido.

4 REFLETINDO SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Todos os anos a educação nacional é analisada, seja através do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou pelo *ranking* do PISA, que é um Programa Internacional de Avaliação dos Alunos. Mas a questão é: o que fazer com esses resultados?

Segundo Moraes (2007, p. 26): “Um pacto pela educação. Assim o governo chamou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) [...] uma vez consolidada a universalização do Ensino Fundamental, vem agora buscar pela qualidade [...] a missão é estabelecer metas de qualidade de aprendizagem e cobrar resultados”.

Com o objetivo de entender a realidade educacional, houve a criação de mecanismos avaliativos, conforme Kuroski (2011, p. 176): “As avaliações são traduzidas em indicadores educacionais que apontam que os alunos

(de diferentes países, regiões, estados ou municípios) estudaram e efetivamente aprenderam e, por consequência, evidenciam o que não estudaram e/ou não aprenderam”.

Em nível internacional, o indicador mais importante para o Brasil é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA. Esse é um indicador de orientação, isto é, de como estudar e como fazer com base no que o grupo de alunos pesquisados aprendeu ou não.

De acordo com Kuroski (2011, p. 177):

Para aferir o desempenho dos alunos, o Brasil instituiu na década de 90 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB –, que segue os parâmetros do PISA. A cada dois anos, amostras de estudantes de 4ª série/5º ano e 8ª série /9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, de todas as redes de ensino, fazem provas de português e matemática.

Como mecanismos para avaliar os níveis da educação brasileira, no âmbito da educação básica, no 2º ano do Ensino Fundamental séries iniciais, temos a Provinha Brasil, elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Essa avaliação tem como objetivo acompanhar e avaliar a qualidade da alfabetização de crianças de 6 a 8 anos, verificando os avanços. Para avaliar o 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental das séries finais é aplicada a Prova Brasil, que avalia o nível da escola. Como salienta Kuroski (2011, p. 177):

A partir de 2005 criou-se a Prova Brasil, aplicada entre todos os estudantes de 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental, de escolas públicas localizadas em áreas urbanas. Como são envolvidos todos os alunos, é possível obter dados censitários do desempenho em português e matemática, por regiões, estados, municípios ou escolas.

Por fim, para a segunda e última etapa

da educação básica se realiza o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que autoavalia o aluno, além de ser pré-requisito para o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e parte integrante do processo seletivo para o Ensino Superior.

Conforme Castellano (2009, p. 8):

O exame foi estruturado a partir dos conceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que reformulou o instrumento de avaliação mais abrangente do que o vestibular, principalmente porque vai elaborar as provas com conteúdos mais próximos dos vistos em sala de aula.

Os mecanismos de avaliação acima citados irão compor a base do IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que é um indicador calculado com base nos dados de evasão, reprovação e nos resultados da Prova Brasil. O índice tem uma escala de 0 a 10, e o índice nacional em 2007 foi de 3,7. Acredita-se que em 15 anos, contados a partir de 2007, a média chegue a 6.

Em uma análise do Estado do Rio Grande do Sul, segundo Abreu (2011, p. 15):

Pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das redes estadual, municipais e privada, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o Estado ocupou o 6º lugar em 2005, 2007 e 2009, e nos anos finais, respectivamente 3º, 7º e 7º lugares. Pelo IDEB do Ensino Médio, o Estado encontrava-se em 4º lugar em 2005, 7º em 2007 e 3º lugar em 2009, nesse ano atrás do Paraná e Santa Catarina, junto com São Paulo e Minas Gerais, à frente do Distrito Federal. O IDEB gaúcho tem melhorado, atingindo as metas do Ministério da Educação (MEC), e a média do ENEM dos gaúchos cresceu, mas em outros Estados apresentam avanços mais significativos, ultrapassando o Rio Grande do Sul.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2011, propôs mudanças no currículo do Ensino Médio para que o

jovem tenha educação de qualidade. Conforme Abreu (2011, p. 15): “Para que ele articule o pensar e o fazer, para que a escola se relacione com a vida e com o mundo. A aplicação da proposta está em implantação, atendendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Conselho Nacional de Educação”.

O importante da proposta do governo é garantir aos alunos da rede estadual uma educação de qualidade com cidadania, com formação integral e voltada ao mundo contemporâneo. Ainda foram previstas na proposta: a formação inicial e continuada para professores e diretores desde o início do ano letivo de 2012; e carga horária das disciplinas mantida e distribuída em proporções diferenciadas ao longo dos três anos.

Para avaliar o magistério público, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresentou o plano do Sistema Estadual Articulado de Avaliação Participativa (SEAAP), em substituição ao antigo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS), criado em 2007. O SEAAP é um modelo mais complexo, que acrescenta indicadores para mensurar também o desempenho de professores, escolas e a própria gestão do sistema educacional.

Para o nível de educação superior, a avaliação da qualidade no aspecto aluno é o Exame Nacional do Desempenho do Estudante (ENADE), que analisa o conhecimento de ingressantes e de concluintes em diversos cursos de graduação, lembrando que a qualidade dos cursos é dada através de pareceres do MEC e de mecanismos institucionais próprios, entre eles a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da instituição. A ideia do ENADE é impedir a existência do analfabeto graduando e o graduado analfabeto.

5 QUALIDADE DE FORMAÇÃO DOCENTE

Como a qualidade, para ser analisada, necessita ser mensurada, o governo brasileiro desenvolveu mecanismos avaliativos para esse fim, como, por exemplo, a proposta de criação do Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente, que pretende avaliar conhecimentos, competências e habilidades imprescindíveis à vida docente. Atualmente, a avaliação dos professores no Brasil ocorre, prioritariamente, a partir de índices criados para quantificar taxas de aprovação e desempenho de alunos gerados pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP).

A formação continuada será uma importante ferramenta para a qualidade docente, como salienta Moraes (2010), que discute sobre um programa que foi criado no ano 2001 na Califórnia, State University (CSU), nos EUA, para cumprir a exigência das leis estaduais em que os professores das escolas públicas deveriam participar de um programa pós-secundário de formação pedagógica.

Situação similar o Brasil realizou com seus docentes da Educação Básica pública gratuita, com cursos de formação continuada via Plataforma Freire.

Segundo Moraes (2007, p. 26):

O governo pretende que todos os professores estejam ligados a um polo de formação universitária. O programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), de Educação a Distância, está estruturando 291 polos de apoio presencial (...). A meta é ter, no futuro, mil polos de graduação e pós-graduação e, assim, aproximar os municípios menores dos grandes centros geradores de conhecimento.

A qualidade docente nasce do fato de refletir sobre sua prática; planejar as aulas e estudar para ensinar melhor é tão importantes quanto lecionar.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Nosso maior documento de política pública, cuja última redação foi promulgada em 1988, a atual Constituição Federal, no seu Art. 206, parágrafo VII, fala em garantia de padrão de qualidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no seu Art. 3º, parágrafo IX, também fala nesse mesmo mecanismo.

6.1 PROCEDIMENTOS PARA AUMENTO DA QUALIDADE

Vivemos em um país que ainda caminha a passos lentos quando o assunto é educação, e quando se fala em qualidade da educação, os passos são mais demorados. No entanto, exemplos como novas atividades no contraturno e aproveitamento da estrutura cultural das cidades, como museus, bibliotecas, parques e centros culturais, auxiliam na busca da qualidade do ensino nacional.

Como dizia magnificamente Durkheim, o objetivo da educação não é o de transmitir conhecimentos sempre mais numerosos ao aluno, mas o de criar nele um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que oriente em um sentido definido, não apenas durante a infância, para toda a vida. (MORIN, 2011, p. 47).

6.2 ALIANDO A SUPERVISÃO À QUALIDADE

A busca de qualidade na educação pressupõe a importante atuação do supervisor escolar. Entre as funções, este especialista é responsável pela coordenação de ações pedagógicas na escola, orienta atividades didáticas, acompanha a atuação docente e discente e apoia o aperfeiçoamento docente, como um gerente.

Conforme Libâneo (2004, p. 72):

Os profissionais da educação precisam estabelecer um consenso mínimo sobre padrão de qualidade que orientará seu trabalho, atributos ou

características da sua organização e funcionamento e organização quanto ao grau de excelência no funcionamento e organização. Educação de qualidade é tida como aquela que promove para todos além do domínio de conhecimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais.

Torna-se necessária a sinergia de toda equipe de ensino quando se busca qualidade, sendo esse trabalho mediado e orientado pelo supervisor escolar, ajustando a realidade na busca do melhor na atuação da equipe.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valorização tanto da carreira docente como da aprendizagem dos alunos, com uma metodologia orientada aos resultados, promovendo a melhoria da qualidade constante. Acredito que a educação brasileira precisa melhorar em três dimensões: salário, formação e recuperação da figura docente. A remuneração deve ser condizente com o papel social, pois o professor é a base das demais formações. Existe necessidade de formarmos não apenas professores, e sim professores pesquisadores, capazes de aperfeiçoar e atualizar sua formação.

Para formar professores pesquisadores é necessário um maior empenho dos cursos superiores a trabalhar esse modelo, melhorando seus cursos, aperfeiçoando suas grades de disciplinas e investindo na pesquisa acadêmica e na experiência do professor em formação, levando esse para a inovação do processo de ensino e aprendizagem. E o terceiro item, a recuperação da figura docente começa sanando os dois primeiros, fomentando no resgate da importância dos professores na sociedade.

Tudo isso irá desenvolver uma escola de qualidade que se caracteriza por ser um local onde alunos adquiram conhecimentos e habilidades que os capacitam a compreender o mundo, permitindo agir de forma crítica na

realidade que vivenciam, transformando esse contexto social e ambiental, buscando um mundo que dá oportunidade para todos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Problemas do ENEM. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 set. 2011. Artigos, p.15.
- CASTELLANO, M. Em processo de mudança, **A&E**, Curitiba, ano 10, n°8, p.8-11, set. 2009.
- FUNDIBEQ. **Fundación Iberoamericana para la Gestión de la Calidad**. Disponível em: <www.fundibeq.org>. Acesso em: 6 fev. 2013.
- KUROSKI, C. **Estrutura e funcionamento do ensino**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.
- MORAES, R. Um plano para acelerar a educação. **Nova Escola**, São Paulo, ano 12, n° 202, p. 26-30, maio, 2007.
- MORAES, R. C. **Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico**. São Paulo: Editora SENAC SP, 2010.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2011.
- PAROLIN, I. Com sorte, nós vamos conseguir! **A&E**, Curitiba, ano 10, n° 8, p. 16, set. 2009.
- SOUTO, J. M. **Técnicas de gestão**. Indaial: Asselvi, 2006.

